
O setor ferroviário em Santa Maria e suas conexões com o coronelismo durante o período borgista (1898-1928)

*Mário Alex Cordeiro Biavaschi**

Resumo: Neste artigo, pretende-se analisar as relações de poder existentes entre o grupo de pressão constituído pelos funcionários da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, situada no município de Santa Maria, principal entroncamento ferroviário do estado durante o período analisado, com a rede de poder coronelista local, tendo em vista o modelo de mando e o governo imposto por Borges de Medeiros.

Abstract: In this article we pretend to analyse the power relations between *Viação Férrea do Rio Grande do Sul's* workers, a pressure group in the principal railroader crossing point of *Rio Grande do Sul*, in that time, with local coronelist power in *Santa Maria* city and analysing the imposed way to govern by *Borges de Medeiros*.

Palavras-chave: coronelismo, ferrovia, borgismo.

Key words: coronelismo, *railway*, borgismo.

O coronelismo apresentou-se como um sistema político de características autoritárias, fundamentado a partir de relações complexas de poder e de redes de compromisso entre os poderes estatal e estadual, com os coronéis em nível dos poderes locais, principalmente tendo em vista objetivos eleitorais. O coronelismo definir-se-ia por suas características de cunho horizontal, manifestadas de diferentes formas e situações, nos diversos contextos históricos regionais da trajetória política brasileira. Contudo, foi utilizado verticalmente pelo Estado em formação, por meio da cooptação desses coronéis conforme a conjuntura específica de cada localidade ou região.

* Mestre em História pela PUCRS. *E-mail:* mbiavaschi@bol.com.br

Dessa maneira, crê-se que, na análise desse sistema político complexo, deve-se, antes de procurar formular conceitos que muitas vezes não correspondem à prática vislumbrada no trabalho com fontes empíricas, ter consciência de que conceituações generalizantes não poderão dar sustentação ao fenômeno político coronelista e às suas peculiaridades regionais e locais.

Por esse motivo, são praticamente intermináveis as discussões em torno do conceito de *coronelismo*, pois raramente os autores levam em consideração as distintas conjunturas regionais sobre as quais recai a determinação desse sistema político, extremamente complexo e específico à evolução política brasileira e de cada região do País em particular. Victor Nunes Leal (1980), em artigo publicado ainda em 1980, intitulado “O coronelismo e o coronelismo de cada um”, afirmava que para compreendermos o coronelismo necessitaríamos realizar uma análise detalhada “das condições políticas de todos os estados, uma vez que o coronelismo se desenvolvia no âmbito do estado, como peça de sua engrenagem política”. (p. 11-12).

Ainda no mesmo artigo, Nunes Leal acreditava que se tornaria necessário levar em conta as mais diversas posturas e enfoques frente àquela problemática, encarando o coronelismo como

um aspecto local da dominação política, um aspecto local das lutas e dos entendimentos políticos, embora refletindo-se nos círculos mais amplos e contribuindo, por suas características, para dar uma tonalidade própria a toda a vida política do país. (LEAL, 1980, p. 12).

Assim, o coronelismo como modelo de mando compreendeu uma complexa rede de relações que permeia todos os níveis de atuação política em uma determinada época, não apenas em nível local, surgindo como um “sistema de reciprocidade” (LEAL, 1976, p. 43), envolvendo trocas de compromissos, principalmente em períodos eleitorais, entre chefes políticos municipais e coronéis, fornecedores do eleitorado cooptado, com a situação dominante estadual, fornecedora de cargos públicos além de favores de caráter policial.

A obra clássica de Victor Nunes Leal: *Coronelismo: enxada e voto* (1976), ainda é o melhor ponto de partida para quem quer se aprofundar na análise das práticas do modelo político coronelista, apresentando uma incrível atualidade “pelos condições que apresenta para a solução, ou melhor, para a destruição do coronelismo” (CARVALHO, 1980, p. 8); compreendido esse aniquilamento como novas possibilidades de compreensão conceitual sobre o sistema coronelista, principalmente quando observado na prática das relações de poder. A complexidade de tais conceituações demonstra que “a

estrutura coronelista de uma região é profundamente influenciada pela própria estrutura sócio-econômica [sic] ali existente; esta não deve ser esquecida ao se efetuarem estudos”. (QUEIROZ, 1976, p. 170).

Portanto, observou-se em pesquisa¹ a ocorrência de fatores que não vão ao encontro da maior parte das teorizações generalizantes acerca do modelo coronelista, tais como a existência, em Santa Maria, de raros coronéis latifundiários, dividindo seu poder local com grandes comerciantes ou profissionais liberais, especialmente advogados e médicos, colocados nas “posições certas” por Borges de Medeiros. A partir do fio condutor da referida análise, a cassação do mandato do intendente santa-mariense Carlos Alberto Ribeiro Tacques (a primeira da história republicana brasileira), não sem antes observar o permanente fracionamento do PRR no município em todo o período da Primeira República (cujo objetivo deste artigo é o de analisar a estrutura coronelista utilizada por Borges de Medeiros como confirmação da hipótese de que, seu poder de inserção em nível dos poderes locais no Rio Grande do Sul), agia conforme as peculiaridades sociais, políticas e econômicas locais.

O coronelismo de orientação castilhista e, após, borgista, distinguiu-se dos demais modelos de sua época devido à intervenção do Poder Executivo estadual em nível dos poderes locais, não permitindo que houvesse a pretensa autonomia municipal contida na Carta de 1891. Dessa maneira, distinguimos três modelos de mando coronelista: o modelo imperial, no qual prevalecia a autonomia quase completa da ação dos coronéis da Guarda Nacional, amparada por uma legislação eleitoral na qual os partidos quase não apresentavam diferenciações entre si, e tuteladas ao sabor da vontade e das pressões sofridas pelo Poder Moderador imperial. O segundo modelo seria o estruturado por Júlio de Castilhos, baseado na inserção do Estado no controle do poder local, porém diferenciando-se do modelo anterior devido ao fato de os instrumentos de controle serem mais eficazes por terem sido garantidos pela Constituição de 1891.

Contudo, o modelo coronelista próprio ao contexto de mando de Borges de Medeiros, que aqui me interessa especialmente, distinguiu-se do modelo de Júlio de Castilhos devido ao fracionamento dos poderes locais e das próprias fileiras do PRR após a morte do líder partidário, sendo que “após a morte de Castilhos, o oficialismo estadual entrou em rota de colisão com as correntes dominantes em muitos municípios”, devido ao fato de aquelas lideranças locais terem firmado sólidas alianças com Júlio de Castilhos e estarem descontentes com a nova liderança borgista, “contribuindo no fomento a um clima de irritação geral”. (AXT, 2001, p. 106).

Assim sendo, compreende-se o modelo coronelista-borgista como uma tentativa de Borges de Medeiros de acalmar os ânimos daqueles que não concordavam que ele assumisse a chefia do partido juntamente com a chefia do estado, ocasionando que, após 1903, “ao invés de compor com as situações dominantes nos municípios, Borges preferiu confrontar muitas delas, numa tentativa de fabricar correntes leais à sua rede de reciprocidade”. (AXT, 2001, p. 106).

O afastamento de Borges da chefia do estado durante o período de 1908 a 1913, deveu-se ao seu intuito de reorganizar as fileiras do partido em suas bases de sustentação no interior do Rio Grande do Sul, devido à sensível crise de hegemonia que afetou, senão constrangeu, seu poder durante o período de 1903 a 1908. (TORRONTÉGUY, 1992, p. 47-64; ALVES, 1995, p. 189-211; GRIJÓ, 1998; GERTZ, 2001, p. 963-976). Devido à sua ação centralizadora e autoritária que se complementava com o seu desejo de disciplinar, hierarquizar e tornar rígida a estrutura partidária do PRR, Borges de Medeiros procurava cooptar algumas lideranças locais leais, trocando outras de comando, moldando o funcionamento do sistema coronelista à sua orientação, mesmo que para isso tivesse que criar facções em seu próprio partido, no âmbito dos poderes locais. Essa atitude explica-se devido à sua intenção de obter, com as divisões operadas no PRR em nível local, variadas possibilidades de barganha política, impossibilitando o surgimento de dissidências que pudessem abalar sua hegemonia pessoal e do grupo que o cercava.

O modelo borgista de coronelismo caracterizou-se pela existência de um pacto entre o poder estadual e os poderes locais, responsáveis diretos pela sustentação do partido e do regime, calcados na constante observação das atividades locais de uma facção em relação à outra, tornando Borges de Medeiros uma figura distante e respeitada em seu sacerdócio político, símbolo de um governo esclarecido como poder moderador no seio do partido. Legitimado pela prática, o modelo borgista postulava o enfrentamento entre coronéis nas bases partidárias locais que, por sua vez, disputavam entre si os privilégios e a aceitação por parte do Executivo estadual, tendo, na medida do possível, segundo os compromissos assumidos com Borges, os seus interesses locais atendidos mediante políticas públicas específicas.

Borges de Medeiros incentivava conflitos de lideranças locais que pretendiam uma maior autonomia possível para o seu raio de influência, jamais existindo a tão propalada disciplina e ortodoxia partidárias em nível dos poderes locais, sendo que “o clima de disputa intestina era generalizado, aflorando em muitos municípios”, sempre havendo, no entanto, “uma brecha para a recomposição”. (AXT, 2001, p. 109).

Quando disputas políticas entre facções coronelistas do PRR em nível local pudessem se ampliar de forma a desestabilizar o partido, constringendo-o perante as oposições, prontamente haveria a intervenção borgista de modo a aplacar o conflito das mais diversas maneiras, legais ou não. A nomeação de um intendente provisório alheio à crise local, a exigência da imediata renúncia do intendente ou do conselho municipal, a criação de uma comissão executiva do PRR local, além da criação de um caso político, foram formas encontradas e amplamente utilizadas por Borges para punir, de forma exemplar, aqueles que não iam ao encontro de seu modelo de mando.

Torna-se importante por parte do historiador do coronelismo no Rio Grande do Sul considerá-lo como “produto de uma relação dialética entre a força descentralizadora do coronelismo e a força centralizadora do Estado castilhistaborgista”. (FÉLIX, 1996, p. 92). Necessita-se diferenciar regionalmente o coronelismo, observando as especificidades espaço-temporais de ocorrência do fenômeno, levando em consideração as particularidades políticas de cada região em relação ao poder borgista e às suas práticas partidárias visualizadas como implicações de possíveis e variáveis acomodações entre grupos políticos internos mais acentuadamente opostos que colaboradores, “orquestradas ao sabor das notas dissonantes do sistema coronelista, identificando a tensão estruturalmente inerente entre poder central estadual e poderes locais”. (AXT, 2001, p. 159).

O poder borgista, conhecedor das especificidades do interior do Rio Grande do Sul, além de suas precárias possibilidades de permanecer à frente do governo estadual sem o auxílio coronelista, conseguiu, por meio das relações de poder com esses espaços localizados, estabelecer o seu modelo de governabilidade. Com isso, evidenciou-se a influência sofrida em seus projetos estruturais provenientes do âmbito regional, devido ao fato de as ações do Poder Executivo partidário e estadual estarem intrinsecamente sujeitas a novas interpretações devido às negociações com os poderes locais coronelistas:

Se o poder central delegava tão importante fonte de prestígio político e de cooptação aos coronéis, era porque precisava muito do seu apoio e porque o seu prestígio local seria conveniente para o regime. De qualquer forma, essa dialética revela um aparelho de estado infraestruturalmente [sic] frágil, que precisa delegar ao poder privado uma importante fonte de prestígio e cooptação porque, em parte, dele depende politicamente. (AXT, 2001, p. 138).

Por menos democráticos ou transparentes que tenham sido os processos eleitorais durante a Primeira República, eles foram os pilares de sustentação do sistema político coronelista e da permanência da liderança de Borges de Medeiros durante aquele período, ao delegar aos coronéis locais o controle dos pleitos. Os coronéis não possuíam condições de manter o seu poder sem o auxílio do Estado montado pelo PRR, sendo que esse também deles necessitava para conservar seu domínio político no Rio Grande do Sul, por meio dos processos eleitorais, mesmo que claramente fraudulentos, porém representativos de um processo legitimador do poder. Esse poder era aceito como um procedimento democrático destinado a reafirmar os laços sociais, servindo como instrumento de coesão social ao evidenciar a igualdade entre todos os cidadãos. (AXT, 2001a, p. 175-216; PORTO, 1989; TELAROLLI, 1982).

Muitas das particularidades do coronelismo se perderiam se os seus agentes fossem considerados apenas como acatadores de decisões, partidas de Borges de Medeiros. Contudo, as relações do borgismo com os coronéis locais demandavam, inexoravelmente, uma tensão que pendia, ora para a colaboração, ora para a concorrência ou confrontação e desobediência diretas, o que implicaria decorrências ainda mais complexas, porém sempre confirmando que a “fidelidade partidária à orientação borgista era condicionada ao jogo de interesses privados e pessoais que agitavam a rede de sustentação do poder”. (AXT, 2001, p. 103):

A disciplina, derivativo ideal da “subordinação inteligente”, embora sempre invocada, jamais existiu como padrão na acomodação cotidiana das relações entre a direção central e os poderes municipais. No interior do Estado e no coração da prática política, as diretrizes programáticas, inspiradas no positivismo e engendradas pelo castilhismo fundante, não passavam de prédicas lançadas ao vento para justificar instrumentos constitucionais de controle e escamotear a face violenta de uma política estribada na fronteira coleante entre espaço público e privado. A insurreição, no interior da própria grei republicana, subvertendo a férrea situação oficial, era uma ameaça sempre presente. (AXT, 2001, p. 103-104).

Hipoteticamente, se tal obediência ocorresse, apresentava-se não como decorrência de uma relação patrão-empregado, inseridos em uma organização hierárquica em que imperasse um vínculo funcional de carreira, mas se definia como função política e de interesse de ambos os lados daquela relação de poder e compromisso entre atores de poder desigual. Assim, se evidenciava toda uma prática amplamente difundida de existência de facções adversárias no interior do PRR, além das constantes intervenções do poder borgista

nos municípios, com o intento de aplacar a criação de crises ou de escândalos políticos em âmbito municipal:

Mesmo no caso dos subchefes de polícia, que se incluíam no funcionalismo estadual, a investidura era política, a título de confiança e não por ascensão profissional dentro da carreira burocrática. O “burocrata” tem um poder de função. Não é esse o caso. No RS, esse poder é político. O acatamento das decisões fez-se pela opção partidária e pelos interesses pessoais específicos que levaram à opção. (FÉLIX, 1992, p. 71).

Torna-se, então, importante mencionar a função que os mais diversos modos de cooptação desempenharam em tais processos, nos quais a dominação política exercida pelos coronéis não carecia e nem era conferida somente pela força, todavia pela aceitação e pelo reconhecimento, por meio de mecanismos ideológicos que tornam a realidade não perceptível por parte dos dominados, principalmente a partir de um “processo de absorção de novos elementos na liderança, ou na estrutura partidária como meio de serem evitadas ameaças à estabilidade ou à existência da organização do aparelho do Estado”, caracterizando a cooptação como “uma ação política realizada sem violência”. (FÉLIX, 1987, p. 16).

As relações de poder do coronelismo com o modelo político borgista agiam para a manutenção do poder do PRR, de formas variadas, de modo que cada região do Rio Grande do Sul, por suas próprias características e peculiaridades políticas e econômicas, demandava distintas maneiras e condições de compromisso com o poder borgista. Com isso, o sistema coronelista (próprio a cada uma dessas microrregiões) assumiu formas exclusivas, dando lugar a práticas sociais e políticas diferenciadas.

Santa Maria, por exemplo, possuiu 13 intendentes, no período de 1892 até 1930, com uma média inferior a três anos de permanência no cargo para cada edil, tendo sido comuns as nomeações, as renúncias, a utilização de intendentes provisórios e, inclusive, uma cassação de mandato intencional ocorrida em 1926. Esses confrontos intrapartidários, constantes em Santa Maria, eram usualmente aceitos e até estimulados por Borges de Medeiros, desde que não ameaçassem diretamente seu poder de mando.

Uma das principais peculiaridades inerentes ao espaço santa-mariense consistiu na presença de uma forte e organizada categoria profissional, que fazia as vezes de um verdadeiro grupo de pressão a orientar os contornos do campo político local, e desse com o poder de mando borgista. As categorias profissionais ligadas à rede ferroviária representavam uma grande parcela das camadas médias santa-marienses, prestando-se como base essencial de possível apoio político às pretensões do PRR em se manter no poder local e regional.

As empresas concessionárias da Viação Férrea possuíam estreitas relações com os membros do coronelismo santa-mariense, jamais conseguindo se ausentar daquela rede de compromissos que preenchia toda a estrutura dos campos político e social; muito ao contrário, desempenhou uma função desestabilizadora desses campos de interação.

O campo político, assim como o jurídico, o religioso e/ou o jornalístico, expressa campos de forças e de disputas, servindo como ambiente fértil para o estudo das produções social e simbólica.² No interior desses campos, ocorre a disputa por um capital existente e próprio a cada um deles, dentre os quais podemos considerar que o capital político, no coronelismo, configurou-se na figura do prestígio que determinado coronel possuiu aos olhos de seus semelhantes, agregados ou adversários, tendo em vista, principalmente, a quantidade de eleitores e de votos que pudesse arregimentar.

Os trilhos da ferrovia chegaram a Santa Maria, em 1885, vindos de Porto Alegre, via Cachoeira do Sul, sendo que nos anos seguintes completaram-se as ligações com Cruz Alta (1894), Passo Fundo (1898), Rio Grande (1900), Uruguaiana (1907) e Ijuí (1911). A cidade passou, então, a centralizar o tráfego ferroviário do Rio Grande do Sul, não apenas pela sua posição geográfica, mas e essencialmente por ser a sede da Diretoria da *Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil*, companhia belga arrendatária da rede rio-grandense a partir de 1898. (ISAIA, 1983; KLIEMANN, 1977, p. 159-250; RANGEL, 1998, p. 109-119).

Em Santa Maria, observou-se a existência de um movimento operário organizado em torno da Cooperativa de Consumo dos Funcionários da Viação Férrea, fundada em 1913, que, se não externasse ideologias de caráter revolucionário, era, ao mesmo tempo, um núcleo de eleitores permanentemente desejado e um entrave constante ao controle e ao manejo eleitorais por parte das facções locais do PRR, assim como possibilitou aos funcionários ferroviários e às suas famílias organizarem-se com maior eficácia, tendo em vista sua ação político-reivindicatória.³

Nesse âmbito, destacaram-se alguns elementos – pertencentes à política dominante borgista santa-mariense – que não compartilhavam da rotulação clássica dos coronéis como grandes proprietários de terras, destacando-se a figura de Manoel Ribas, diretor da Cooperativa de Consumo. Esse indivíduo foi muito importante à política local, para o qual convergiam os coronéis que pretendiam ter o apoio do eleitorado ferroviário, grupo de pressão⁴ a representar um entrave ao controle local por parte do PRR, além de servir como constante ponto de atrito entre os coronéis locais, especialmente entre aqueles pertencentes à grei borgista.

Natural da cidade de Ponta Grossa, Paraná, Manoel Ribas se estabeleceu em Santa Maria, no ano de 1905, a convite de seu cunhado Gustave Vauthier, engenheiro e diretor da *Compagnie Auxiliaire*, concessionária das ferrovias rio-grandenses, para assumir a direção do armazém de fornecimento aos seus funcionários. Foi um dos fundadores da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, em 26 de outubro de 1913, desempenhando a função de gerente até 1920, e daí em diante como diretor-geral. Foi também o criador da Escola Técnica de Artes e Ofícios para os filhos (de ambos os sexos), dos funcionários da Viação Férrea, além de um hospital da cooperativa.

Por todos esses motivos se compreende a razão pela qual era constantemente assediado pelas facções do PRR local, por ser um elemento imprescindível ao sucesso de qualquer facção partidária que almejasse o poder político municipal, como representante do mais importante e influente grupo de eleitores do município. Foi eleito intendente municipal em 1928, sendo que em 1930 foi nomeado o primeiro prefeito municipal de Santa Maria, cargo que ocupou até 1932, quando foi nomeado interventor federal no Estado do Paraná, onde permaneceu até a queda de Getúlio Vargas, em 1945, falecendo em Curitiba, em 10 de março de 1946.

O impulso que a ferrovia proporcionou ao setor comercial santamariense, em especial à rede hoteleira local, ainda pode ser observado em antigos hotéis que se sucedem ao longo da Avenida Rio Branco (que ligava o centro da cidade à estação da Viação Férrea), antigo “coração econômico” de Santa Maria e, atualmente, região de abandono e símbolo de decadência de um setor outrora próspero. A fisionomia da cidade também foi alterada, pois sendo a sede da companhia arrendatária da rede ferroviária rio-grandense e para abrigar o crescente número de funcionários e diretores daquela empresa, foi construída, em 1903, no final da Avenida Rio Branco, nas proximidades da estação ferroviária, a chamada *Vila Belga*.

Esse conjunto habitacional, que abrigava gerentes, administradores, engenheiros e técnicos, enfim, todos os altos funcionários da Viação Férrea, compreendendo quatro ruas e 92 casas, foi idealizado pelo engenheiro Gustave Vauthier no estilo *art-nouveau*, contagiando com “espírito europeu” todos na cidade. (RECHIA, 1999; NUNES, 2002). A Vila Belga foi um centro irradiador de cultura e de decisões políticas, onde se reunia a elite da cidade para os seus passeios dominicais em seu centro de lazer: a Praça Cristóvão Colombo. (ZAMBOM, 1995).

Assim, a ligação ferroviária entre as principais cidades do Estado e com o restante do País colocou Santa Maria na proximidade do *progresso*, proporcionando-lhe maiores possibilidades de desenvolvimento do comércio

e das atividades urbanas, rompendo o isolamento regional, devido, tanto à circulação de viajantes quanto de mercadorias, impulsionando o crescimento comercial da cidade, ao mesmo tempo em que servia de base às divergências internas do PRR em Santa Maria por servir como uma grande oportunidade de negócios para os empreendedores locais, incentivando a constante desarmonia entre os coronéis daquele município.

O conflito intrapartidário local foi intensificado quando da transferência e centralização da totalidade dos escritórios da empresa arrendatária belga, a *Compagnie Auxiliaire*, para Santa Maria, em 1905, devido ao fato de Borges de Medeiros indicar vários de seus protegidos no município para cargos naquela empresa, o que, naturalmente, não satisfaz a totalidade dos interessados em tais cargos.

O próprio diretor daquela companhia, Gustave Vauthier, alcançou o posto de personagem de prestígio social em Santa Maria, como não poderia deixar de ser, em um ambiente impregnado por relações de caráter marcadamente personalista, no qual sua presença foi, constantemente, requerida como mais uma possibilidade de conseguir empregos ou transferências, tendo em vista sua acessibilidade a Borges de Medeiros.

Não obstante, quando da acirrada campanha eleitoral de 1907 – em que a maior parte do PRR local apoiava a candidatura dissidente de Fernando Abbott – o Coronel Ramiro de Oliveira intercedeu com Borges de Medeiros, solicitando sua intervenção na companhia ferroviária a favor de seu sogro, o Major João Baptista Niederauer, num processo de compra de terrenos para a construção de oficinas e uma vila operária para os ferroviários, em detrimento da família Brenner, “toda ela adversária de nossa situação”,⁵ referindo-se ao embate político contra a dissidência de Fernando Abbott. Tal fato comprovou a permanente interseção entre os campos da vida pública e os da privada naquele contexto impregnado pelo sistema político coronelista, além do fato de que

a ferrovia representava oportunidades de negócios para os empreendimentos locais, que neles procuravam se apropriar através do tráfico de influências. Diante de eventuais impasses, Borges era chamado a intervir, exercendo a prerrogativa moderadora e arbitral. No entanto, ao defender os interesses da concessionária, que o pressionava através do Governo federal, acumulava sempre algum desgaste na rede de compromissos coronelísticos na qual se inseria seu próprio poder pessoal. (AXT, 2001, p. 193).

Mais um ponto de discórdia entre os partidários do Partido Republicano girava em torno da Comissão de Fiscalização da Rede da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, espaço de divergências entre os coronéis

locais, o governo estadual e a concessionária belga, que, no intuito de Borges de Medeiros, por estar sediada em Santa Maria, prontamente haveria a conversão de seus funcionários “em olheiros da política local, repassando ao líder republicano relatórios periódicos do comportamento das facções dominantes do partido”. (AXT, 2001, p. 193).

A criação desse órgão de fiscalização, não apenas da Viação Férrea, mas também das relações de poder coronelistas em Santa Maria, correspondeu a uma tentativa de Borges de Medeiros de formar um aparato burocrático de sua confiança que pudesse manter-se afastado da influência dos meandros da política local.⁶ Em Santa Maria, a época da dissidência do Coronel Antero Corrêa de Barros em apoio à dissidência de Fernando Abbott,⁷ essa função coube a Abelino Vieira da Silva,⁸ membro da Comissão Fiscalizadora da Rede de Viação Férrea do Rio Grande do Sul que, mesmo partidário da facção do Coronel Ramiro de Oliveira, fiscalizou, orientado por Borges de Medeiros, o partido em Santa Maria como um todo.

Constatamos que, no caso de Abelino Vieira da Silva, das 222 cartas enviadas do município para o presidente do Estado, relativas ao período de 7 de janeiro de 1907 até 26 de julho de 1918, 36 eram de sua autoria, o que corresponderia a 16,21% das cartas remetidas, sendo um número elevado para um simples funcionário ferroviário, que adquiriu prestígio progressivamente, devido às informações transmitidas ao chefe partidário.⁹

Posteriormente, a empresa concessionária estrangeira – a belga *Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil* – observou que teria uma maior lucratividade se convertesse Santa Maria, e não Porto Alegre em um centro comercial regional, tornando a produção do Estado cada vez mais dependente dos portos de escoamento da região do Prata. Aquela empresa converteu-se, aos olhos das lideranças do PRR, em um verdadeiro poder paralelo ao governo estadual, ao procurar escapar do alcance dos interesses locais, destacando a importância estratégica da cidade de Santa Maria para os interesses da empresa concessionária.

Contudo, após a incorporação da Viação Férrea à rede da Brazil Railway em 1911, ligada ao grupo de empresas Percival Farquhar¹⁰ e da transferência dos escritórios da empresa para Porto Alegre, na intenção de se esquivar do âmbito de relações coronelistas, aliado ao descontentamento geral com a elevação das tarifas ferroviárias, favoreceu as pretensões do discurso intervencionista de Borges de Medeiros naquele setor, impedindo o monopólio daquele setor imprescindível à escoação da produção, deixada exclusivamente nas mãos de uma empresa estrangeira.

Ao prestar maior atenção ao movimento grevista de 1917, e a seus efeitos nos meios coronelistas e na vida política de Santa Maria, observou-se entre as reivindicações dos ferroviários: aumento salarial ou exigência de melhores condições de trabalho e retorno dos escritórios da Viação Férrea de Porto Alegre para Santa Maria. Os grevistas apresentaram-se desvinculados de ideologias revolucionárias ou ligados às oposições, o que facilitou ao operariado ferroviário conseguir o apoio do setor comercial local e também de grupos dirigentes coronelistas, de modo que

o Inspetor-Geral da Companhia, Mr. Cartwright, procurando sanear a administração da ferrovia, combateu o nepotismo e a promiscuidade administrativa com as facções políticas e com a classe dirigente local, granjeando fortes antipatias. A medida traía [atraía] a incompatibilidade do racionalismo gerencial norte-americano com a idiosincrasia coronelística. Nas palavras do próprio Cartwright, o intendente e o delegado eram “*very active strike sympathizers*”. Por outro lado, seus esforços para racionalizar o sistema de trabalho foram de [sic] encontro a antigas práticas obreiras, gerando resistências. [...] A decisão do gerente administrativo de transferir o escritório da empresa de Santa Maria para Porto Alegre, fugindo das pressões locais, acirrou ainda mais os ânimos. (AXT, 2001, p. 208).

Essa greve provocou, ao envolver os funcionários de Santa Maria (cerca de 400), vários episódios de depredações, animosidades com o Inspetor-Geral da companhia e confrontos com forças militares federais, tendo em vista a não-intervenção estratégica da Brigada Militar na repressão ao movimento, haja vista o interesse borgista em encampar aquela empresa.

Em resumo, podemos dizer que Borges de Medeiros, ao agir em nome da insatisfação de produtores e comerciantes, conseguiu usar de todo o seu *paternalismo*, ao trazer para si grande parte da opinião pública estadual e operar a cooptação de parte do operariado. Por ter servido como intermediário entre os grevistas e a empresa concessionária, fazendo-os crer que o setor não se manteria sem o seu auxílio, criou um consenso em torno do intervencionismo estatal em serviços de utilidade pública. Segundo Gunter Axt (2001), aquela “empresa passou a representar uma ameaça política à hegemonia do borgismo”, com o que passou a atribuir “a defesa dos interesses sociais, isolou cada vez mais a empresa, negando-lhe os pedidos de reajustes nas tarifas e contribuindo para inviabilizá-la comercialmente”. (p. 219).

A Viação Férrea, como grupo de pressão ao poder borgista, constantemente desempenhou a função de um espaço no qual as disputas partidárias locais ou regionais quer entre PRR e a oposição, quer no interior do próprio partido do governo, possuíam capacidade concreta de influir

nos destinos político-partidários do Rio Grande do Sul, tendo em vista o poderio de seu corpo de funcionários, principalmente em épocas eleitorais, de maneira que “em 1926 a Viação Férrea possuía 10.211 empregados espalhados por todo o Estado. Isto importava quase numa duplicação do número total de funcionários públicos”. (AXT, 2001, p. 226).

A concessão de empregos no setor ferroviário foi uma estratégia política utilizada por Borges de Medeiros, não apenas em períodos eleitorais, para a obtenção de favores políticos, mas como um dos alicerces do poder das facções partidárias, base das práticas clientelistas do sistema político coronelista vinculado ao PRR no espaço santa-mariense, de modo a evidenciar que

os empregados da V. F. Rio Grande do Sul representavam uma mina de ouro para o Partido Republicano [...] que empenhou-se intensamente para inscrever todos esses funcionários como eleitores. Conseguiram registrar em torno de 6.700 deles. O voto em favor do governo, dos empregados da ferrovia, correspondia a 5% do eleitorado total nas eleições de 1928 e 10% da maioria. Se incluirmos as famílias e os amigos, sujeitos à influência desses homens, [...] aquele grupo representava uma força política substancial. (TOPIK, 1987, p. 130).

O poder borgista utilizou os funcionários ferroviários, inclusive, nos conflitos armados da revolução de 1923, quando “mais de dois mil ferroviários foram dispensados e enviados para as frentes de combate, seguindo-se atentados nas estações de Porto Alegre, Santa Maria e Cruz Alta”. (ANTONACCI, 1981, p. 93).

Esses comentários sobre a importância da Viação Férrea e de seus funcionários para a ordenação e a fragmentação do poder local coronelista santa-mariense, assim como do poder estadual borgista, promovendo a caracterização das relações de poder no município de Santa Maria, não se encerram, nem permitem conclusões se analisadas estritamente no campo de poder coronelista; mas também trazem à tona um exame das camadas médias santa-marienses. Essa camada social possuía sua particularidade devido ao fato de não estar vinculada diretamente ao tradicional setor latifundiário charqueador, mas por sua ligação com os distintos setores produtivos regionais, da exploração da ferrovia, da emergência do setor terciário e da produção colonial, proporcionando o surgimento e a prosperidade de um aparelho urbano de serviços.

Porém, todos os grupos médios, pelo fato de não estarem diretamente engajados no antagonismo entre as classes sociais polares, eram incapazes de identificar adversários sociais permanentes e unívocos. Assim, se as camadas médias urbanas estavam longe de constituir uma unidade ideológica

e política (que se pudesse chamar “classe média”), a fragmentação das manifestações de sua vanguarda política tornava-se bastante compreensível. (SAES, 1979, p. 27-78).

Inclusive, observamos que essa categoria/classe era identificada com a própria imagem do espaço social objetivo de Santa Maria, em um longo processo no qual práticas simbólicas moldavam, segundo Pierre Bourdieu (apud RANGEL, 1998, p. 110), “a representação da realidade, até se tornarem a realidade da representação”, sendo em sua proximidade que giravam as mais importantes decisões municipais, fossem elas econômicas, políticas, fossem elas culturais. Tal fenômeno comprova que não há jamais movimento político que, ao mesmo tempo, não seja social, mesmo que determinando compatibilidades e antagonismos, proximidades e distanciamentos.

Notas

¹ Dissertação de Mestrado intitulada *Coronelismo, borgismo e escândalos políticos: o caso Ribeiro Tacques* (Santa Maria: 1925-1926), defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em julho de 2004, sob a orientação da professora Margaret Marchiori Bakos.

² Conforme Pierre Bourdieu (1989, p. 12): “O campo de produção simbólica é um microcosmos da luta simbólica entre as classes: é ao servirem aos seus interesses na luta interna do campo de produção (e só nessa medida) que os produtores servem aos interesses dos grupos exteriores ao campo de produção.”

³ Eram comuns, nesse momento, os pedidos por “apoio necessário para a obtenção de favores que a Cooperativa espera receber do Governo Federal” por meio da intermediação do governo estadual, como na carta de Luiz Wenceslau Barbosa, presidente; Carlos Domingues, vice-presidente/secretário da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul a Borges de Medeiros (n. 7.953, SM, 12/12/1913 – ABM/IHGRS).

⁴ “Um grupo de pressão pode definir-se como uma organização constituída para defender interesses, exercendo pressão sobre os poderes públicos a fim de deles obter decisões conformes a esses interesses”. (SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. Os grupos de pressão. *Sociologia política: elementos de ciência política*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979. p. 614); Conferir também (PASQUINO, Gianfranco. Grupos de pressão. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 12. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1999. p. 562-571.

⁵ Carta de Ramiro de Oliveira a Borges de Medeiros (n. 7.904, SM, 6/10/1907 – ABM/IHGRS). Conferir também outra carta de Ramiro de Oliveira a Borges de Medeiros (n. 7.902, SM, 30/9/1907 – ABM/IHGRS).

⁶ Segundo Pierre Bourdieu (1989, p. 94), “a especificidade dos campos burocráticos como espaços relativamente autônomos de posições institucionalizadas, reside na capacidade, que constitui essas posições [...] de conseguir que os seus ocupantes produzam todas as práticas inscritas na definição do posto, através do efeito direto e visível [...] dos regulamentos [...] e, sobretudo, por intermédio do conjunto de mecanismos de vocação-cooptação que contribuem para ajustar os agentes ao seu posto ou, mais precisamente, as suas atitudes às suas posições; e, em seguida, de conseguir que a essas práticas, e somente a essas, seja reconhecida uma certa autoridade estatutária.”

⁷ Convém frisar que em Santa Maria, como de resto em praticamente todo o estado, houve a vitória de Carlos Barbosa, com 875 votos, ao passo que Fernando Abbott alcançou 725. Dados obtidos da correspondência passiva de Borges de Medeiros: informações dos chefes políticos locais (ABM/IHGRS). Material pesquisado e organizado por Sérgio da Costa Franco (fazendo parte de um conjunto maior, englobando 72 municípios rio-grandenses, com os resultados das eleições federais de 1910, 1919, 1922 e 1924, além dos pleitos estaduais de 1907 e 1922). Material gentilmente cedido pelo professor René E. Gertz.

⁸ Abelino Vieira da Silva, nascido em 11 de novembro de 1868, em Cachoeira do Sul, morre em 7 de janeiro de 1919, “veio para

Santa Maria como promotor público, embora não sendo advogado [...] formando uma firma comercial com Galvão Álvares de Abreu, sob a razão social de Vieira & Galvão [...]. Foi nomeado Primeiro-Notário, cargo em que permanece até falecer de tuberculose”. (BELTRÃO, op. cit., p. 498-499). Confira também: AXT (2001, p. 131).

⁹ Conforme afirma Pierre Bourdieu (1989, p. 95, “a instituição tende a consagrar agentes que dão tudo à instituição [...] é o aparelho feito homem [...], ele está predisposto a proteger a instituição com a mais firme convicção, dos desvios heréticos daqueles a quem um capital adquirido fora da instituição autoriza e impele a distanciarem-se das crenças e das hierarquias internas”.

¹⁰ Sobre a invasão do capital financeiro monopolista e de grandes especuladores internacionais como Percival Farquhar no Brasil da Primeira República confira: SILVA, Lúcia Osório. A crise política no quadriênio Bernardes: repercussões políticas do “caso da Itabira Iron”. In: DE LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da (Org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Edunesp, 1997. p. 15-35; SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930). In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 345-390, t. 3. além de TOPIK, Steven. *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

Referências

- ALVES, Francisco das Neves. Oposições e dissidências no Rio Grande do Sul (1896-1908): tentativas de rearticulação. *Biblos*, Rio Grande, FURG, n. 7, p. 189-211, 1995.
- ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições e a revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.
- AXT, Gunter. *Gênese do Estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul*. 2001. Tese (Doutorado em História Social) – USP, São Paulo, 2001.
- _____. Votar por quê? Ideologia autoritária, eleições e Justiça no Rio Grande do Sul borgista. *Revista Justiça e História*, Porto Alegre, Memorial do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, n. 1 e 2, p. 175-216, 2001a.
- BELTRÃO, Romeu. *Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho (1787-1930)*. 2. ed. Canoas: La Salle, 1979.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 12. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1999.
- BODEA, Miguel. *A greve de 1917: as origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre: L&PM, s.d.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- CARVALHO, José Murilo de. Em louvor de Victor Nunes Leal. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 5-9, 1980.
- DE LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da (Org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997.
- FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- _____. As relações coronelistas no estado borgista: discussão historiográfica. *Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo, Ed. da Unisinos, v. 28, n. 127, p. 67-85, 1992.
- _____. A sistemática da distribuição regional do poder no RS na Primeira República. *Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo, Ed. da Unisinos, v. 32, n. 146, p. 89-99, 1996.
- GERTZ, René E. A eleição de 1907 nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul. In: SULIANI, Antônio (Org.). *Etnias e carisma*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.
- GRIJÓ, Luiz Alberto. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “geração de 1907”*. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – UFRGS, Porto Alegre, 1998.
- ISAIA, Antonio. *As estradas de ferro do Brasil Império, Rio Grande do Sul e Santa Maria*. Santa Maria: Guia Geral do Município, 1983.
- KLIEMANN, Luiza. A ferrovia gaúcha e as diretrizes de “ordem e progresso”. *Revista Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, PUCRS, v. III, n. 2, p. 159-250, 1977.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- _____. O coronelismo e o coronelismo de cada um. *Dados – Revista de Ciências Sociais e Humanas*. Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 11-14, 1980.

- NUNES, Marion Kruse (Org.). *Memória cidadã*: Vila Belga. Porto Alegre: Sedac/CHO, 2002.
- PORTO, Walter Costa. *O voto no Brasil: da colônia à Quinta República*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1989.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- RANGEL, Carlos; ANTONELLO, Idê; VAZ, Neusa. O papel da ferrovia na mentalidade urbana de Santa Maria. *Revista Vidyá/Unifra*, Santa Maria, Pallotti, n. 29, p. 109-119, 1998.
- RECHIA, Aristilda. *Santa Maria: panorama histórico-cultural*. Santa Maria: Associação Santa-mariense de Letras, 1999.
- SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: Queroz, 1979.
- SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. *Sociologia política: elementos de ciência política*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930). In: FAUSTO, Bóris (Org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. t. 3.
- TELAROLLI, Rodolpho. *Eleições e fraudes eleitorais na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- TOPIK, Steven. *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- TORRONTÉGUY, Teófilo Otoni Vasconcelos. O Partido Republicano Democrático: texto e pretexto de uma dissidência liberal. *Revista de Ciências Sociais e Humanas*, Santa Maria, UFSM, v. 7, n. 2, p. 47-64, dez. 1992.
- ZAMBOM, Antonio Lídio de Matos. As transformações urbanísticas de Santa Maria na passagem para o século XX. *Revista Vidyá/Unifra*, Santa Maria, Pallotti, n. 24, p. 155-163, 1995.